

APROPUC 47 ANOS

Em 25 de setembro de 1976 nascia a Associação dos Professores da PUC-SP, APROPUC. Em meio a um clima de efervescência política, quando trabalhadores e estudantes levantavam as suas vozes pedindo a volta da democracia, a APROPUC inicia sua jornada procurando defender as reivindicações internas do corpo docente da PUC-SP e engajar-se nas lutas mais gerais da sociedade.

A primeira grande vitória da associação foi conseguir o pagamento de salários atrasados, o que aconteceu mesmo com a resistência de alguns professores que relutavam em acionar a universidade, dirigida, então, por uma reitora progressista como foi Nadir Kfourri.

Mas foi a partir dos acordos internos firmados a partir dali que a APROPUC ganhou a respeitabilidade não só dos professores da universidade, mas de todo movimento sindical brasileiro, tornando-se uma referência no movimento sindical do ensino por me-

lhores condições de trabalho. A garantia de estabilidade no emprego foi uma das primeiras conquistas, seguindo-se a adoção da licença paternidade, que ainda não estava consagrada na constituição federal. A APROPUC conseguiu incorporar aos salários a referência de 5 semanas trabalhadas, enquanto a grande maioria das instituições de ensino só recebiam sobre 4,5 semanas. O contrato por tempo e não por hora-aula também fez parte do rol vitórias que a associação, junto com os docentes da universidade, conquistou.

Além das lutas sindicais

A luta dos docentes fez com que a universidade assumisse um caráter de vanguarda. Com ampla participação da APROPUC, a PUC-SP escreveu uma das mais belas páginas da democracia universitária com a eleição direta para reitor. Também a PUC-SP foi a universidade que mais acolheu os professores que, retornando do exílio, não en-

contravam colocação nas universidades públicas em virtude da perseguição política.

Cabe ressaltar que a APROPUC não se limitou apenas a defender os direitos trabalhistas dos professores, também se engajou definitivamente nas mobilizações populares, junto aos movimentos mais combativos da sociedade civil brasileira, participando da luta pelas Diretas Já, na mobilização pelo Fora Collor, nos debates eleitorais da nova democracia brasileira e, recentemente, na luta contra o autoritarismo de Jair Bolsonaro.

A precarização do trabalho na universidade

Entretanto, no início do novo século, a PUC-SP enfrentou sérias dificuldades financeiras e a Fundasp investiu contra uma série de conquistas dos professores. A quantidade de horas suficientes para a manutenção dos contratos por tempo foi ampliada, dando início à chamada maximização do contrato docente. A ascensão ou o ingresso à carreira foram

bloqueadas no chamado repesamento docente.

A APROPUC, nestas últimas décadas, vem lutando para que a precarização não se aprofunde ainda mais e foi assim que em 2022 mobilizou a comunidade puquiiana para que a Fundasp não retirasse dos docentes o pagamento das 5 semanas letivas. Com o apoio do Sinpro-SP os professores alcançaram uma importante vitória, mas não conseguiram evitar que os novos docentes fossem contratados, a partir de 2023, com o salário base definido em 4,5 semanas.

Nas férias de julho novamente a Fundasp ataca as condições de trabalho, pretendendo aumentar o número de horas para se alcançar um contrato de trabalho mínimo. Novamente a mobilização docente e discente, envolvendo parcerias ou apoiadores da sociedade civil, se fez presente e conseguiu reverter o quadro. Mas os docentes ingressantes terão de arcar com uma tabela que

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

diminui, em alguns casos, em até 50% os vencimentos de quem ingressa na universidade em relação aos que já nela lecionam.

A APROPUC está lutando para que a deliberação 03/2023 (que precariza ainda mais o professor ingressante) seja revogada. No Consun de agosto, o presidente da associação João Batista Teixeira, leu no Conselho Universitário uma manifestação que reivindicava o fim da deliberação. O Consun também se manifestou nesse sentido enviando carta ao Consad.

Em um momento em que os direitos docentes são severamente atacados a participação dos professores em sua entidade é de fundamental importância. Em 2022 a Fundasp exigiu que a APROPUC apresentasse anualmente a anuência de seus filiados para que o desconto colaborativo realizado em folha e remetido à associação. Esse procedimento representou um duro golpe, uma vez que nem todos filiados ainda se manifestaram. Nesse sentido, para que esta história de lutas e conquistas tenha continuidade é necessário a confirmação dos docentes à fil na APROPUC. E, mais importante: que os professores ainda não filiados se associem à APROPUC. Só assim poderemos manter viva esta chama que tanto marcou a luta dos docentes brasileiros nas últimas décadas.

Vida longa à APROPUC!

Prezado colega Professor(a)

RENOVAÇÃO ANUAL DA SUA ADESÃO AO QUADRO ASSOCIATIVO DA APROPUC!

AINDA NÃO É ASSOCIADO? ASSOCIE-SE JÁ!

A Fundasp, a partir do novo Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado com a APROPUC/SINPRO, exigiu que o desconto associativo do professor em folha só será efetuado quando o docente manifestar sua concordância ANUALMENTE. No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura digital simples, sem a necessidade de reconhecimento de firma. Para isso, acesse e baixe o formulário em www.apropucsp.org.br/ficha-de-associao e envie para apropuc@uol.com.br. Professores que ainda não são associados, deverão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro as-

sociativo da APROPUC. No último ano, os professores obtiveram ganhos significativos devido a luta da APROPUC contra as investidas da Fundasp para anular os direitos adquiridos dos professores. A diretoria da APROPUC, em constante vigilância e luta, juntamente com os professores reunidos em inúmeras assembleias e com apoio dos funcionários e estudantes, reverteu a tentativa, por parte da Fundasp, de reduzir o cálculo salarial das atuais 5 semanas para 4,5 semanas. No final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos professores, podendo gerar demissões, foi

revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO. Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos custos jurídicos e investimentos em comunicação. A sobrevivência financeira da APROPUC está em jogo. Por isso, é fundamental que os docentes se manifestem e se associem.

A luta continua em muitas outras frentes: inserção na carreira, professores demitidos no “limbo”, etarismo e outras. **PROFESSORA/PROFESSOR: RENOVE SUA ADESÃO À APROPUC! ASSOCIE-SE JÁ!** Maiores informações poderão ser obtidas pelo tel/WhatsApp: 11-3872 2685.

Diretoria da APROPUC

Funcionários realizam eleição para conselhos

Ao encerrarmos esta edição a AFAPUC realizava a eleição para a representação administrativa nos conselhos superiores. Os funcionários têm di-

reito a dez representantes no Consun e quatro no Cecom. A eleição encerra-se nesta sexta-feira, 22/09. Os funcionários eletivos receberam o

e-mail com instruções para a votação on-line.

Na próxima edição do PUCviva informaremos os funcionários eleitos.

GAUCHE NA VIDA

Marco Temporal: uma análise crítica pela ótica da história

Sassá Tupinanbá

Quando analisamos a Tese do Marco Temporal, sem nos voltarmos para a história da invasão de Pindorama pelas coroas europeias, cometemos uma grande injustiça para com os povos originários, que já estavam nesse território, há pelo menos 70 mil anos ou mais.

A Tese do Marco Temporal fixa em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, como o marco para as demarcações. Só considera Terra Indígena, aquela que estava ocupada por comunidades indígenas e/ou reivindicada àquela data. Mas vamos lá, sem ir ainda para um período mais longo dessa história, lembrando que ainda não é a contada pelos historiadores indígenas. O período anterior a tal data foi um dos piores períodos recentes para os povos indígenas. Durante a ditadura civil-militar, foram, já contabilizados pela CNV, graças ao insistente trabalho do Marcelo Zelic, 8 mil indígenas assassinados e o trabalho do saudoso companheiro nem chegou ao fim.

A pergunta é, qual povo indígena fazia mobilização por demarcação nesse período de chumbo? Quem fez, certamente não está aqui, como é o caso do Marçal de Souza Tupã'i e muitos outros, alguns anônimos para os documentos escritos, mas bem conhecidos para a memória da luta dos povos indígenas.

Outro período trevoso para os povos indígenas foi entre 1910 até a ditadura civil-mili-

tar, ou seja, estamos falando do período de existência do SPI (Serviço de Proteção do Índio e Localização dos Trabalhadores Nacional – é, a sigla não era só as três letrinhas), quando o Estado brasileiro caçava pelo interior do Brasil, os povos que ainda não foram “integrados à sociedade nacional”, os registros fotográficos estão aí, imagens de mulheres, homens, crianças e idosos, sendo arrastados, alguns amarrados pelo pescoço, outros com pés e mãos algemados e aqueles que deveriam servir de exemplo trazidos amarrados no pau-de-arara. Como ter povos em suas terras tradicionais em 1988? As áreas desocupadas pelo SPI passavam a ser denominadas devolutas e assim iam a venda ou eram doadas, a maioria para oficiais militares. Vamos então para outro período da nossa história, que ainda não é a contada pelos povos indígenas, não esqueçamos! É importante esse exercício, para sermos justos, inclusive com quem acha ou acredita que adquiriu terras de boa-fé, sem saber que se tratava de terra indígena. Então vamos lembrar do Estatuto da Terra de 1964, que proibia indígenas e negros serem proprietários de terra e ao mesmo tempo dizia que se o proprietário quisesse aumentar sua propriedade e que se as margens tivessem alguma comunidade indígena, poderia convencer esses a se retirarem do local e assim o fazendeiro poderia anexar aquelas terras à sua propriedade. Sabemos muito bem de qual metal eram feitas as palavras desses con-

vencimentos: chumbo.

Não podemos esquecer de outro fator fundamental, que resultou no censo de 2022, 1,7 milhões de indígenas, 61% da população indígena vive em zonas urbanizadas. Durante todo o período colonial, as políticas assimilacionistas e integracionistas foram executadas junto com o genocídio. E essas políticas seguem sendo implementadas, desde a coroa portuguesa até hoje, pelo Estado brasileiro. Caçando, estigmatizando, matando, expulsando, assimilando, integrando, catequizando (antes pela igreja católica, hoje pelas igrejas evangélicas), tudo isso tem nome: ETNOCÍDIO. Acabamos de realizar o Seminário Etnocídio Indígena, disponível na TV Tamuya (no youtube), que trata justamente dessa questão e anterior, realizamos o Seminário Sou Indígena, Não sou pardo, também disponível no mesmo canal. Só tem indígenas fora das comunidades porque existe violência desde sempre. São poucos os que conseguem resistir em seus territórios e, pasmem, há aqueles que nunca deixaram o seu território, vestiram a roupa do etnocídio, até terem possibilidades de fazerem a Retomada de seu Território, como é o caso do povo Tupinanbá em Olivença, Ilhéus-BA, nunca deixaram o território, algumas famílias ficaram décadas trabalhando nas fazendas, servindo ao invasor e hoje estão em retomada, aguardando pela demarcação. Vimos recentemente os ataques nas comunidades Yanomami, durante um governo

que não podemos esquecer, pois não está afastada a possibilidade de retornar, não o mesmo fascista, mas um igual ou pior. Acompanhamos o que se passa pelo Brasil, a APRO-PUC é aliada nesse monitoramento e nas ações de resistência do nosso movimento e aqui sabemos a situação dos povos indígenas, não só os que vivem nas comunidades, como o ataque dessa semana à casa de duas lideranças espirituais do povo Guarani Kaiowá.

O STF fechou maioria contra a tese do marco temporal, porém mesmo que nós indígenas saímos vencedores, ainda não vamos ter paz. O Ministro Alexandre de Moraes, apesar de ter votado a favor dos povos indígenas, apontou uma condicionante que nos preocupa. Uma das principais contribuições do voto do Ministro Alexandre de Moraes foi sua interpretação da Constituição como um documento dinâmico que evolui com o tempo para refletir as mudanças sociais e culturais. Ele argumentou que a Constituição de 1988 reconheceu o direito originário dos povos indígenas sobre suas terras, e esse reconhecimento não deveria ser limitado por uma data específica, como a imposta pelo Marco Temporal. Essa interpretação reflete uma visão progressista do direito constitucional, que busca proteger os direitos fundamentais em constante evolução. No entanto, o Ministro fala de indenização àqueles que adquiriram de boa-fé. Oras, o site De Olho

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

nos Ruralistas sempre nos traz as artimanhas dos grileiros de terras e apontou numa investigação jornalística que há mais de 1700 fazendas em terras indígenas. Essa condicionante nos remete a 1850. Podemos estar diante de uma onda de invasão em busca de indenização. Para além disso, a gestão das indenizações pode ser propensa a corrupção e fraudes, com parte dos recursos sendo desviados ou mal utilizados, o que prejudicaria ainda mais as comunidades indígenas e os cofres da união.

Conclusão

O Marco Temporal é uma política que gera preocupação não apenas entre os povos indígenas, mas também entre defensores dos direitos humanos e ambientalistas. Ignorar a história, a cultura e os direitos fundamentais dos povos indígenas coloca em risco a justiça social, a preservação ambiental e a construção de um Brasil verdadeiramente inclusivo e equitativo.

É fundamental que o debate sobre o Marco Temporal continue a ser ampliado e que se busque soluções que respeitem os direitos indígenas, promovam a reconciliação histórica e garantam a proteção das terras indígenas como parte essencial do patrimônio cultural e ambiental do país. Somente assim poderemos construir um futuro mais justo e sustentável para todos os brasileiros.

Sassá Tupinambá, indígena em contexto urbano, polímata, Terapeuta Naturopata Holístico, atua com as Racionalidades Médicas dos Povos Indígenas do mundo, Militante do movimento indígena, membro da CAPISP e RENIU. Graduando em Ciências Biológicas. Um dos articuladores da 1ª Conferência Popular de Indígenas em Contextos Urbanos. Co-fundador das: Aondê Natural, NEARMPOT e TV Tamuya. Ecossocialista, monitor ambiental e Radioamador.

22 de setembro, 46 anos da invasão da PUC-SP

Numa quinta-feira, 22 de setembro de 1977, o campus Monte Alegre da PUC-SP era invadido pelas tropas truculentas do então Secretário da Segurança Coronel Erasmo Dias.

O prédio da PUC-SP, onde havia acontecido o III Encontro Nacional de Estudantes, ENE, foi invadido e vandalizado restando 522 estudantes que foram fichados e, alguns deles, enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

O movimento estudantil, no final da década de 70, vivia um momento de ascensão, com passeatas e atos públicos na luta por liberdades democráticas e por uma anistia ampla, geral e irrestrita. O III Encontro Nacional tinha por objetivo refundar a União Nacional dos Estudantes, UNE, colocada na clandestinidade após o golpe de 1964.

O dia 22 de setembro de 1977 foi marcado como a data para a refundação da UNE. Um congresso estudantil marcaria a volta da entidade ao cenário estudantil. Inicialmente o Congresso foi anunciado para acontecer na Faculdade de Medicina da USP, mas na realidade ele tinha como local definido o campus Monte Alegre da PUC-SP.

A luta pela reconstrução da UNE

Realizado o Encontro os estudantes reuniram-se em um ato comemorativo da

refundação da UNE em frente ao TUCA. E foi então que o coronel Erasmo Dias invadiu o campus com seus 15 mil homens, cavalaria, bombas de efeito moral, numa verdadeira operação de guerra.

Salas e espaços do campus foram destruídas, ao menos 19 pessoas ficaram gravemente feridas, algumas arastando até hoje sequelas das queimaduras provocadas pelas bombas. Mais de 1500 pessoas foram levadas para um estacionamento, então existente em frente ao Tuca, sendo que 514 foram detidas e encaminhadas ao Batalhão Tobias de Aguiar e ao Departamento de Ordem Política e Social, DOPS.

As cenas de barbárie registradas naquela noite ficarão indelevelmente marcadas na lembrança daqueles estudantes e professores que presenciaram a truculência policial. Nadir Kfoury, então reitora da PUC-SP, veio pessoalmente questionar o secretário e, de dedo em riste, cobrou o coronel pela truculência da ação, e quando Erasmo estendeu a mão para cumprimentar a reitora ela retrucou "Não dou a mão a assassinos". Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo e Grão-Chanceler da PUC-SP, também mostrou sua contrariedade com o resultado da operação e nos dias subsequentes visitou as instalações depredadas do campus e disse: "Nós a reconstruiremos". As cenas e histórias da invasão encontram-se no Youtube, num brilhante video-documentário produzido pelo professor

Jorge Claudio Ribeiro

<https://www.youtube.com/watch?v=1QT94aSvF-k>

A invasão da PUC-SP ficou marcada na história como um marco da resistência contra os regimes ditatoriais. A universidade que abrigou uma reunião da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência, SBPC, proibida pelo governo da ditadura, passa a ser olhada como uma referência na luta por Liberdades Democráticas. E. com a volta dos professores aposentados compulsoriamente pelo AI-5, foi esta universidade que acolheu-os para ministrar suas disciplinas.

Atualidade da resistência

Hoje, em um momento em que a extrema-direita volta a brandir com seus métodos fascistas de coerção, é preciso que o exemplo de resistência de 1977 seja constantemente lembrado.

Mais ainda, quando um governador de estirpe bolsanarista, sanciona uma homenagem ao coronel Erasmo Dias.

É isso que acontece todos os anos nesta data, e neste ano não poderia ser diferente: dois atos estão programados para acontecer neste mês, no dia 22/09, às 9hs, o Centro Acadêmico 22 de Agosto realiza na Prainha um evento que discutirá o tema e na segunda-feira, 25/09, a partir das 9h15, a reitoria da PUC-SP, juntamente com outras instituições promove um grande ato no Tucarena.

Posição do Sinpro-SP com relação à contribuição assistencial

Sustentar financeiramente, fortalecer politicamente

Vale sempre perguntar: a quem, afinal, interessa ter sindicatos frágeis e sem dinheiro?

O golpe de 2016, que conduziu Michel Temer ao poder, tinha um objetivo claro: o desmonte da rede de proteção social construída a duras penas nos treze anos anteriores, a partir do primeiro mandato do presidente Lula. Esse alerta, aliás, foi feito pela própria presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso na sessão do Senado realizada em 31 de agosto daquele ano: “o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política, progressista e democrática”.

E assim foi feito. Não por acaso, um dos primeiros movimentos da sanha neoliberal e conservadora foi atacar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras para enfraquecer a representação sindical, com a aprovação da chamada reforma trabalhista no Congresso Nacional, por meio de projeto encaminhado para tramitação já no início de 2017 e chancelado pelos parlamentares em novembro daquele ano.

A pretexto de “modernizar” as relações de trabalho, a reforma não apenas asfixiou financeiramente os Sindicatos, mas flexibilizou a contratação e levou à legalidade os acordos individualizados, em uma relação de poder intrinsecamente desigual, que resultou em redução sem precedentes na taxa de sindicalização, constatada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad contínua), divulgada recentemente: os 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados (16,1% dos ocupados) despencaram para 9,1 milhões (menos de 10% dos ocupados) em dez anos.

Portanto, essa conjuntura – e seus desdobramentos – indicam que é relevante o debate sobre a sustentação financeira dos Sindicatos, pauta que tem

ocupado manchetes jornalísticas (por vezes enviesadas) nas últimas semanas, considerando ainda nesse cenário mais recente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou constitucional, por dez votos a um, a possibilidade da adoção de uma contribuição universal (assistencial) a ser cobrada também de trabalhadores não sindicalizados.

Trata-se de uma conversa que deve ser travada com maturidade e responsabilidade, no tempo certo e sem atropelos, a partir da constatação das consequências maléficas (e deliberadas) produzidas pela “reforma” trabalhista aprovada no governo Temer, principalmente a asfixia financeira dos sindicatos, a partir do fim do imposto sindical, sem oferecer qualquer alternativa democrática que pudesse substituí-lo (já naquela época, havia outras propostas defendidas pelo movimento sindical, nem sequer consideradas).

Vale lembrar que o imposto sindical, pago compulsoriamente por todos os trabalhadores, representava a independência econômica e financeira para grande parte dos sindicatos, já que permitia manter uma estrutura para atender o conjunto dos representados, uma vez que, por preceito constitucional, as Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho são aplicados a todos os trabalhadores e trabalhadoras, sindicalizados ou não. O valor do imposto correspondia a um dia do salário, descontado no mês de março, ou seja, 3,33% daquela remuneração mensal, percentual que era em seguida distribuído para a estrutura de representação sindical: sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais. Para o sindicato, cabiam 60% desse montante, ou seja, 2% do salário do mês de março.

Justamente para não ficar na dependência exclusiva dos re-

ursos do imposto sindical, a assembleia de previsão orçamentária do SinproSP, no ano de 1998, aprovou a estratégia proposta pela então diretoria que, além de financeira, tinha um caráter político: investir maciçamente na sindicalização e, enquanto perdurasse o imposto sindical, não propor outra contribuição qualquer, além da mensalidade associativa: 12 parcelas mensais de 1% do salário, descontadas do holerite. A diretoria assumiu também, naquela mesma assembleia, o compromisso de ainda devolver compulsoriamente aos sócios e sócias o valor do imposto, não cobrando as três primeiras mensalidades de cada ano.

Essa decisão foi seguida a partir de então, levando o Sinpro SP, nas últimas décadas, a tornar-se uma das (poucas) entidades sindicais do setor privado com elevados índices de sindicalização: aproximadamente 35% da base de representados e representadas, o que significa representativa força política. O patrimônio da categoria aumentou, com a aquisição de imóveis, por exemplo, e foi constituído um considerável fundo financeiro de reserva, fruto da seriedade e honestidade das diretorias que se seguiram, no trato zeloso com o dinheiro público, e mesmo com a renúncia a outras arrecadações compulsórias.

Por conta dessa estratégia, enquanto muitos sindicatos enfraqueceram-se politicamente e foram obrigados a reduzir a prestação de serviços, demitindo funcionários, ou até mesmo fechando as portas, atingidos de morte, sem prévio aviso, pela medida intencionalmente perversa de Temer, a diretoria do SinproSP, nas assembleias de previsão orçamentária que se seguiram a partir de 2017, teve condições de se pronunciar firmemente pela continuidade do trabalho político em defesa das

conquistas e da assistência legal trabalhista. Sem escorregar na precarização do trabalho ou no sucateamento de serviços, propôs recorrer aos recursos financeiros que tinham sido poupados pelas gestões da entidade ao longo das últimas duas décadas, o chamado fundo de reservas, para cobrir o inevitável déficit provocado pela ausência do dinheiro do imposto sindical; nessa jornada, obteve o apoio irrestrito da categoria, como ocorreu na assembleia de 2018, ano em que os patrões do ensino básico promoveram ataques insanos à Convenção Coletiva.

Para que se tenha a dimensão mais precisa dos impactos financeiros da perversa reforma nas contas do SinproSP: em 2017, a arrecadação do imposto sindical (R\$6 milhões) representava um terço das receitas da entidade, enquanto em 2018 (R\$800 mil) não chegava a 5%, ou seja, num curtíssimo período de apenas dois anos, o Sindicato viu despencar sua receita.

É fundamental destacar ainda que, ao longo dos últimos seis anos, sempre considerando o pós-reforma, o aumento de arrecadação não correspondeu ao esforço significativo feito na direção da ampliação da base de sindicalizados e sindicalizadas, pois o novo arcabouço legal neoliberal de 2017 dificultou, também não por acaso, a cobrança - e abriu a possibilidade de parte das escolas, premeditada e perversamente, negarem-se a descontar e repassar ao Sindicato as mensalidades dos sócios e das sócias. Consolidou-se, assim, uma situação paradoxal: o número de sindicalizados aumentou consideravelmente, ano a ano, mas a arrecadação das mensalidades não cresceu na mesma proporção.

“Foram justamente as reservas

Continuação da página anterior

que conseguimos guardar e o patrimônio construído ao longo dos anos que nos permitiram enfrentar esses tempos difíceis”, reforçou Celso Napolitano, presidente do SinproSP (tesoureiro na gestão anterior), na assembleia ordinária realizada em junho último, quando as contas da entidade, ano-base 2022, foram aprovadas por representativos 91% das e dos participantes. “Com o apoio da categoria, mantivemos empregos das trabalhadoras e trabalhadores do SinproSP e os afastamentos de diretoras e diretores para o trabalho de base, ampliando ainda os serviços oferecidos e consolidando a qualidade deles”,

completou. Ele, no entanto, não deixou de manifestar naquela ocasião a preocupação da diretoria com o déficit registrado em 2022, que chama a atenção e reforça a necessidade imediata de refletir sobre a fundamental pauta agora proposta também pelo governo.

Sem tergiversar: é tempo de aprofundar a discussão a respeito de estratégias e mecanismos para reorganizar e garantir a sustentação financeira dos sindicatos, em sentido amplo, e também do SinproSP, especificamente falando.

No mundo real, afinal, o das duras disputas, muitas lutas e mediações políticas, os desafios são extremamente complexos. Administrar uma entidade com o tamanho e a história do

SinproSP não é para amadoras e amadores. São 50 mil docentes em todos os níveis de ensino, 20 mil sindicalizados e sindicalizadas, contando quem está na ativa ou já se aposentou – um contingente de pessoas maior que a população de centenas de cidades brasileiras. Não há espaço para brincadeiras, difamações ou ressentimentos eleitoreiros. Tampouco cabem memes “engraçadinhos e descolados”, frases de efeito descontextualizadas e ilações sem fundamento sobre a sustentação financeira do Sindicato, que apenas buscam lacrar nas redes sociais. Quem abraça narrativas simplórias e oportunistas, enviesando e distorcendo dados e fatos, ajuda a demonizar os sindicatos – e faz o jogo dos pa-

trões. Participar de um debate e processo de construção tão importantes exige firmeza e experiência – e cobra serenidade nas reflexões e seriedade de ações.

Exatamente por ter responsabilidade e os pés firmes nesses propósitos, sem tabus, sempre com responsabilidade, a diretoria do SinproSP avalia que o momento, portanto, é de aprofundar e qualificar esse debate sobre a sustentação financeira das entidades sindicais, acompanhando a construção do projeto que deverá ser levado pelo governo ao Congresso. O movimento sindical precisa ter voz ativa e protagonista nesse processo.

Esse é mais um compromisso assumido pela diretoria do SinproSP.

Estudantes da USP entram em greve

Na quinta-feira, 21/09, alunos da USP paralisaram suas atividades reivindicando a contratação de docentes. Na última assembleia geral dos estudantes na universidade, no dia 19/03, com a presença de mais de mil estudantes, foi deliberada uma greve geral.

Nos últimos anos a USP per-

deu docentes e substituições não aconteceram. Entre os anos de 2014 e 2022, o número de professores caiu de 6.090 para 5.115, segundo o anuário da universidade. Cursos como de habilitação em coreano, que tem parceria com o governo da Coreia, pode fechar por falta de docentes. Outros cursos

da FFLCH enfrentam a mesma situação. A assembleia foi convocada pelos estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), mas a greve também foi acatada pelos cursos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (11 cursos); Instituto de Relações Inter-

nacionais (IRI); Faculdade de Educação (FE); Instituto de Oceanografia (IO); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU); Faculdade de Economia, (FEA); Ciências Moleculares; Biblioteconomia; e Departamento de Cinema, Rádio e Televisão (CTR/ECA).

Na PUC-SP Kevin B. Anderson debate últimos escritos de Marx



À esquerda o professor Kevin Anderson tendo ao lado o seu tradutor

Na terça-feira, 19/09, no auditório 117, aconteceu a divulgação do livro “Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais” do professor americano Kevin B. Anderson., publicado pela Boitempo.

Os eventos aconteceram em São Paulo, Rio de Janeiro, Ni-

terói e Belo Horizonte.

O professor de ciências políticas da Universidade da Califórnia em Santa Barbara, um dos principais pesquisadores de Marx, provoca reflexão e debate sobre o que Karl Marx pensava a respeito das relações entre classe, gênero, raça, dominação colonial e outros temas.

Serviço Social discute Formação Antirracista

No dia 30 de setembro (sábado), das 08h às 18h na PUC/SP, acontecerá a Oficina Regional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Região Sul II, que discutirá a “Formação

Antirracista e projetos sociais no contexto da flexibilização do ensino superior”. As inscrições podem ser feitas através do endereço eletrônico: <https://forms.gle/ZurDcXJDyDG4611n6>

MANDARINA

TARDE DE AUTÓGRAFOS

ASSASSINATO DO JORNALISTA SUICIDA, de Jorge Claudio Ribeiro

PLANETA AZUL EDITORA

Quinta-feira, 28/09, das 18h às 20h

LIVRARIA MANDARINA | Rua Ferreira de Araújo, 373 - Pinheiros, São Paulo